

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 330.277 - DF  
(2013/0141916-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**  
**AGRAVADO : GILMAR GOMES DA SILVA**  
**AGRAVADO : WAGNER FREITAS DA SILVA**  
**ADVOGADO : ATAUALPA SOUSA DAS CHAGAS - DF014484**

### **DECISÃO**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS** interpõe o presente agravo regimental contra decisão de minha lavra, na qual reconheci a extinção da punibilidade do crime atribuído aos ora agravados em razão da prescrição da pretensão punitiva na ação penal em questão (fls. 997-999).

Argumenta que **a inadmissibilidade do apelo especial não tem o condão de afastar o trânsito em julgado do acórdão confirmatório da condenação** que irá retroagir à data de escoamento do prazo para interposição de recurso especial, contado da sessão de julgamento do último recurso interposto no Tribunal *a quo*.

Aduz à fl. 1013 :

No caso a contar do último marco interruptivo — a publicação da sentença em 26/04/2007 (fl. 537 e-STJ) até o decurso do prazo para a interposição de recurso especial contra o último acórdão do Tribunal a quo a sessão de julgamento em 30/04/2012 (11. 830 e-STJ) não decorreu o prazo prescricional de 8 (oito) anos, nos termos dos artigos 109, IV, do Código Penal.

Isso porque o recurso especial em questão não impediu a formação da coisa julgada, uma vez que interposto com fundamento nas alíneas "a" e V do inciso III, do art. 105 da Constituição Federal, deixou de indicar a legislação federal supostamente afrontada, além de haver deixado de demonstrar a divergência jurisprudencial a ensejara modificação da decisão impugnada.

Requer seja reconsiderada a decisão agravada ou submetido o presente agravo regimental à Turma.

O MPF se manifestou pelo provimento do agravo regimental (fls. 1036-1040)

**Decido**

Como bem ressaltado pelo MPDFT no regimental, o **julgamento do ARESP deve preceder à declaração de eventual prescrição da pretensão punitiva, pois caso mantido o juízo negativo de admissibilidade, não poderá ser afastado o trânsito em julgado do acórdão confirmatório da condenação que irá retroagir ao último dia do prazo para interposição do recurso cabível** (fl.1010, destaquei).

Assim, passo a apreciar o agravo em recurso especial.

**I- Agravo em Recurso Especial**

A matéria em apreço, **WAGNER FREITAS DA SILVA e GILMAR GOMES DA SILVA** agravam da decisão que inadmitiu o recurso especial interposto por ambos, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal e contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que, ao julgar a Apelação Criminal n. 1998.08.1.001091-0, manteve incólume a sentença .

Nas razões do especial, alegam os recorrentes, em suma, que houve violação dos princípios da isonomia processual, da correlação - previsto no art. 384 do Código de Processo Penal, com a redação vigente à época da prolação da sentença condenatória e da proporcionalidade da pena e do regime para seu cumprimento disposto no art. 92 do Código Penal, além de incorrer em divergência jurisprudencial.

Pugnam, por isso, pelo conhecimento e provimento do especial, a fim de que lhes seja estendida a **"extinção de punibilidade, pela prescrição intercorrente, concedido a um dos então acusados"** (fl. 872, grifei) ou, ao menos, reconhecido que a exordial acusatória não ventilou as causas de aumento de pena acolhidas pelo acórdão recorrido ou afastada a perda automática do cargo público.

O apelo especial, no entanto, foi inadmitido no juízo prévio de admissibilidade realizado pelo Tribunal *a quo* (fls. 927-929), por incidência das Súmulas n. 284 do STF e 83 do STJ, o que ensejou a interposição deste agravo (fls. 933-951).

Alegam os agravantes, contudo, que foi indicado o dispositivo legal violado, bem como feito o cotejo analítico entre os julgados divergentes e o caso sob apreço (fl. 951).

# *Superior Tribunal de Justiça*

O Ministério Público Federal opinou, às fls. 987-993, pelo não conhecimento do agravo, em consonância com enunciado contido na Súmula n. 182 do STJ e, se conhecido, pela manutenção da inadmissibilidade do recurso especial, por incidência da Súmula n. 7 do STJ.

De plano, observo que o agravo interposto não comporta conhecimento.

Ao realizar o juízo de admissibilidade prévio do recurso especial, a Corte regional aplicou os seguintes óbices ao seu conhecimento (fls. 927-929): a) deficiência de fundamentação; Súmula n. 284 do STF; b) a consinância do acórdão recorrido com a jurisprudência do STJ; Súmula 83 desta Corte.

Os recorrentes afirmam que o especial indicou a violação ao art. 384 do CPP, não havendo falar-se em incidência do Enunciado Sumular 284 do STF, bem como o cotejo analítico foi realizado.

Ocorre que em nenhum momento refutaram a tese referente a incidência da Súmula 83/STJ, sobre o efeito extrapenal automático da sentença condenatória, qual seja a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada, nos casos de condenação por crime de tortura.

Incide, assim, a Súmula n. 182 do STJ: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada". Registro, por oportuno, que, embora a legislação processual civil em vigor não seja a mesma que baseou a edição da Súmula n. 182 do STJ, há dispositivo semelhante no Código de Processo Civil atual (art. 1.042), de forma que o enunciado permanece aplicável.

Nesse sentido, cito recentes julgados desta Corte: **AgRg no AREsp n. 162.038/CE** (Rel. Ministro Rogerio Schietti, 6ª T., DJe 17/11/2016), **AgInt no AREsp n. 943.953/RS** (Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, 3ª T., DJe 28/10/2016) e **AgRg no REsp n. 1.624.034/SC** (Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, 6ª T., DJe 11/11/2016).

Por fim, destaco que tal posicionamento está em consonância com a jurisprudência deste Tribunal, no ponto em que é condição necessária à admissibilidade de qualquer recurso, a parte interessada impugnar os fundamentos da decisão que pretende seja reformada, conforme acórdão firmado pela Corte Especial nos **EAREsp n. 746.775/PR** (Rel. Ministro

# *Superior Tribunal de Justiça*

João Otávio de Noronha, Rel. p/acórdão Luis Felipe Salomão, DJe 30/11/2018).

## **II- apreciação do Agravo Regimental**

Com razão o *Parquet*.

Com efeito, a Terceira Seção deste Superior Tribunal, por ocasião do julgamento dos Embargos de Divergência no Agravo em Recurso Especial nº 386.266/SP, ocorrido em 12/08/2015, de relatoria do Ministro Gurgel de Faria, cujo acórdão foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico de 2/9/2015, firmou o entendimento de que, **inadmitido o recurso especial pelo Tribunal de origem, em decisão mantida pelo STJ, há a formação da coisa julgada, que deverá retroagir à data do término do prazo para interposição do último recurso cabível.**

Esse é exatamente o contexto dos autos.

Os agravados foram condenados às penas de 2 anos e 4 meses de reclusão, em regime fechado, com determinação da perda de cargo público e da interdição para o seu exercício, tudo em razão da prática do crime previsto no art. 1º, I, "a", da Lei n. 9.455/1997.

Na hipótese a sentença foi publicada em **26/4/2007**, fl. 537, os embargos infringentes opostos pelos réus foram julgados em **30/4/2012**, publicado acórdão em **09/05/2012**, fl.848 (quarta-feira). O prazo para interposição do Recurso Especial escoou em **24/05/2012** (quinta-feira).

Nota-se que não decorreu o prazo prescricional de 8 anos entre a data da sentença e a data da formação da coisa julgada, nos termos dos artigos 109, IV, do Código Penal, pois a formação desta deu-se em **24/05/2012, e a sentença foi publicada em 26/4/2007**. Uma vez que nem sequer o recurso especial interposto pela defesa, não foi admitido na origem, não conheço do presente agravo em recurso especial.

## **III- Dispositivo**

À vista do exposto, **reconsidero a decisão** de fls. 997-999, para não conhecer do agravo em recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator

